



O coração do Brasil

O RIO XINGU CORRE MAJESTOSO NO CENTRO DO PAÍS E CONCENTRA EM SUA BACIA AS GRANDES QUESTÕES RELACIONADOS À OCUPAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA:

- A USINA DE BELO MONTE
- AS TERRAS INDÍGENAS
- AS AMEAÇAS À FLORESTA

TEXTO NATÁLIA MARTINO, DE ALTAMIRA



Partindo de Mato Grosso e cruzando o Pará, o rio Xingu atravessa áreas de cerrado e de Floresta Amazônica

Lauro Lopes está inconformado. A pequena comunidade onde mora, próxima a Altamira, o maior município em extensão do Estado do Pará, nunca teve energia elétrica. Ele não consegue entender o motivo. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, uma das maiores do mundo, está situada a menos de 400 km e seus cabos de transmissão vão passar por cima da comunidade, já que a rede está sendo expandida para Manaus (AM) e Macapá (AP). Lauro é um típico habitante da Amazônia: vive do extrativismo – foi seringueiro e agora é pescador –, tirou seu primeiro documento de identidade há quatro anos, precisa de até cinco dias de viagem pelo rio Xingu em períodos secos para chegar ao posto de saúde mais próximo e não consegue entender as contradições do desenvolvimento. O sonho de Lauro é ter também acesso aos confortos da vida moderna. “O desenvolvimento tem de contemplar os moradores da região”, diz, indignado.

Ele é apenas um, entre tantos, a reclamar do isolamento e da exclusão em que vivem os habitantes que povoam os 500 mil quilômetros quadrados da bacia do rio Xingu, uma área equivalente a dois estados de São Paulo. Uma região carregada de símbolos e de questões de difícil solução ligadas ao modelo econômico de desenvolvimento, à vida dos seus habitantes, à preservação da Floresta Amazônica, à situação indígena, aos meandros da política de Brasília, às pressões internacionais. O rio Xingu concentra

todos os problemas da Amazônia e, não é à toa, recebe o título de Coração do Brasil.

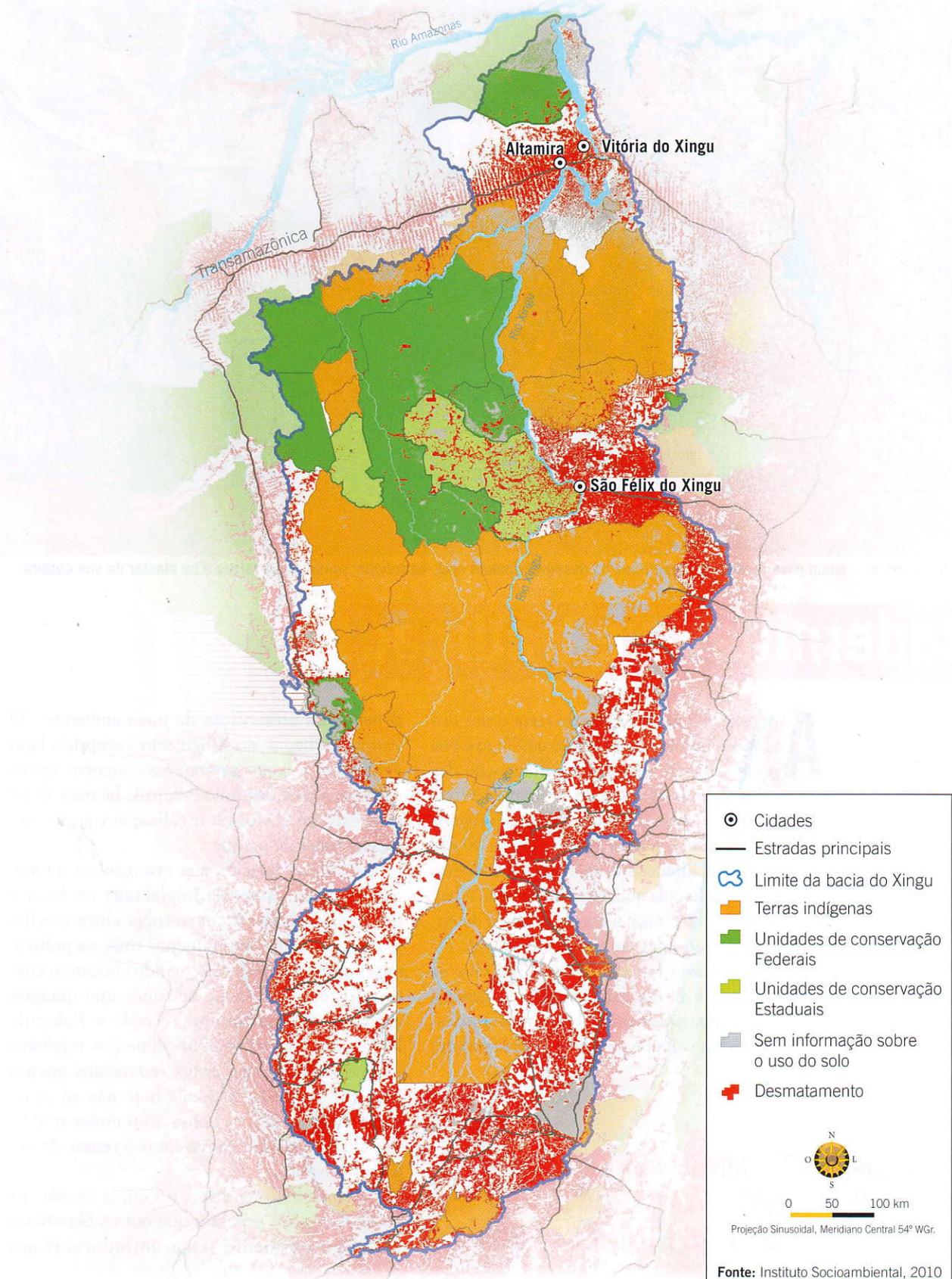
Esse enorme rio, bem no centro do país, nasce próximo à Serra do Roncador, no cerrado do Mato Grosso, e corre majestoso, cortando o Brasil em direção ao norte, por mais de 2 mil quilômetros. Vai se encontrar com o rio Amazonas, no Pará, ao sul da ilha de Gurupá, já próximo ao oceano. Tudo que o cerca tem proporções amazônicas – o rio Xingu é um dos maiores afluentes do rio Amazonas. A bacia hidrográfica que se forma em seu trajeto abriga 35 municípios e é secularmente habitada por povos indígenas – hoje reduzidos a dez mil índios de 20 etnias diferentes, que fazem do rio a base de suas atividades econômicas. A primeira terra indígena do Brasil foi demarcada às suas margens, em 1961, o Parque Indígena do Xingu. A bacia concentra, ainda, cerca de 450 mil não índios e é nas nascentes ou cabeceiras do Xingu que se encontra um dos maiores polos agropecuários do país, no leste mato-grossense.

Ao longo de sua trajetória, o rio Xingu atravessa uma região em que se acumulam todas as principais questões que acometem a Amazônia, como a extração de madeira e o desmatamento, a exploração agropecuária, os direitos dos povos indígenas e as implicações socioambientais do modelo de desenvolvimento empregado na região, representado nesse momento pela iminente construção da polêmica Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí ficou pronta em 1984, mas muitos habitantes da região continuam sem o básico: energia elétrica



Uso da terra na bacia do rio Xingu





Os índios querem e lutam para receber os benefícios do desenvolvimento sem, entretanto, perder suas raízes e se afastar da sua cultura

Modernidade e tradição

A questão da propriedade de terra é um dos grandes problemas da região do Xingu e boa parte dela diz respeito à demarcação das reservas indígenas. A bacia do rio tem 21 terras demarcadas. A mais antiga, o Parque Indígena do Xingu, conta com uma área de quase 30 mil quilômetros quadrados e é, até hoje, a maior terra indígena reconhecida oficialmente no país. Nela, encontram-se 15 etnias, a maioria trazida de outras regiões e reunidas em uma só área.

Pukuruk Kaybi representa uma. Ele vive na aldeia Tuiarare e diz que a demarcação é a garantia de manter a área preservada. “Há um grande desmatamento em volta do parque e a nossa cultura

depende da preservação do meio ambiente.” O Parque Indígena do Xingu tem cumprido bem esse papel e quem garante esse sucesso são os próprios índios, segundo Pukuruk: há mais de 15 anos existem postos de fiscalização vigiados por eles ao redor do parque.

As aldeias buscam sua inserção no mundo que as cerca. A escola implantada no local é um bom símbolo da convivência entre o velho e o novo. “Antes, aprendíamos tudo na prática, observando nossos pais. Quando chegaram com essa história de escola, achamos que queriam acabar com nossa cultura”, recorda-se Pukuruk. Hoje, a escola ensina conhecimentos regulares e saberes indígenas, antes repassados apenas pela cultura oral. “A escola hoje não só ajuda a preservar a cultura como a entender o novo mundo com o qual convivemos e temos de negociar”, explica.

Assim como aconteceu com a escola, os povos indígenas esperam que outros benefícios do desenvolvimento sejam introduzidos nas

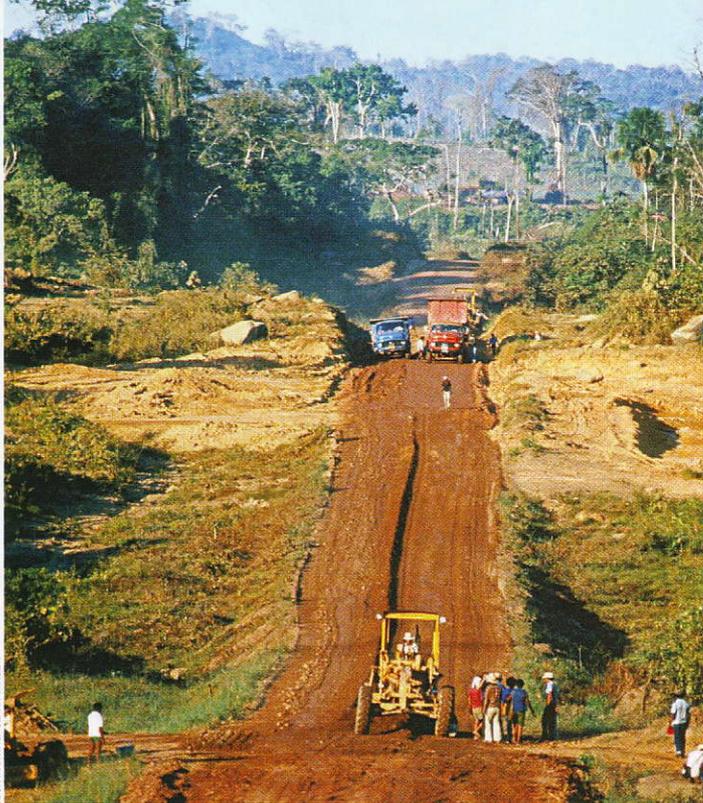
A BACIA DO RIO XINGU ABRIGA 21 TERRAS INDÍGENAS. SÃO CERCA DE DEZ MIL ÍNDIOS DE 20 ETNIAS DIFERENTES

comunidades sem afastá-los da cultura tradicional. Eles desejam produtividade, tecnologia, envolvimento na vida moderna – assim como todos os habitantes da Amazônia. Um exemplo desse desejo – e dessa possibilidade – é o que aconteceu com a extração de mel praticada no Parque Indígena do Xingu. Com a ajuda do Instituto Socioambiental, o ISA, foi implantada a apicultura racionalizada, na qual os índios deixaram de ser apenas coletores para se transformar em criadores. Pukuruk conta que a iniciativa fez com que a atividade se tornasse uma nova fonte de renda para a comunidade e diminuiu os acidentes. “Colocávamos fumaça nas árvores para espantar as abelhas e, às vezes, acabava pegando fogo em tudo”, conta.

As novas formas de lidar com o mundo apresentadas a essas comunidades podem potencializar seus conhecimentos anteriores, gerando mais qualidade de vida sem causar danos ao meioambiente. Ou podem destruir as comunidades tradicionais se, em vez de complementar conhecimentos, quiserem substituir formas de vida e replicar modelos de desenvolvimento de outras áreas do país em uma região com tantas peculiaridades como a Amazônia (veja quadro ao lado).



De extrativistas de mel a apicultores, os índios aumentaram a renda sem se afastar da sua cultura



JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Terra: um problema antigo

A questão fundiária é uma das mais delicadas – e antigas – da bacia do rio Xingu, a exemplo do que acontece em toda a Amazônia. Em 1997 foram registrados, em toda a região, 156 casos de graves conflitos envolvendo disputa de terra e, em 2006, mais que o dobro: 328. A situação é pior no Estado do Pará. De acordo com estudo do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), os dez municípios com maior índice de desmatamento em 2004, entre os quais os paraenses São Félix do Xingu e Altamira, foram o cenário para 45% dos assassinatos rurais provocados por esses conflitos. A questão é antiga: o desenvolvimento promovido pelo governo militar, sob a égide de “integrar para não entregar”, provocou movimentos contínuos de migração de trabalhadores à procura dos empregos criados com as grandes obras. Um exemplo é a Transamazônica (foto), ou BR-230, rodovia que deveria ligar os oceanos Atlântico e Pacífico, planejada para ter 8 mil quilômetros e paralisada nos 4 mil. Mesmo assim, entre 1970 – quando a estrada começou a ser construída – e 1980, a população de Altamira (PA), local onde a obra teve início, aumentou de 15 mil para 47 mil. Essas e outras obras gigantescas, como a Usina de Tucuruí, de fato fizeram com que a população da Amazônia aumentasse em proporção semelhante ao crescimento dos problemas ligados à terra. Práticas de grilagem – aquisição de terras feitas nos bastidores dos cartórios – tornaram-se comuns nessa época e seus efeitos permanecem: a questão da propriedade de terra é quase inexpugnável. Desde 1999, o governo vem intensificando os esforços de confirmar os cadastros das propriedades. Mas, segundo o Imazon, apenas 4% das terras amazônicas tiveram seus cadastros validados pelo Incra. No total, 36% das terras da região são privadas.



Só na região da cabeceira do rio Xingu há uma área desmatada equivalente a duas cidades de São Paulo

Desmatamento e preservação

ANDRÉ VILAS BOÁS/ISA

Somente na região da cabeceira do rio Xingu, no Estado do Mato Grosso, há uma área de cerrado desmatada que soma 300 mil hectares, o que seria correspondente a duas cidades de São Paulo, de acordo com o ISA. E, muito além dos números, há a percepção dos habitantes da região. O que Pukuruk Kaybí, da aldeia Tuiarare, sabe com certeza é que o rio Xingu está, hoje, bem abaixo do nível que atingia antigamente, provocando escassez na caça e na pesca. Um efeito atribuído ao desmatamento em suas margens e nas de seus afluentes, principalmente nas cabeceiras.

Afinal, a manutenção da vegetação das cabeceiras e das matas ciliares ao longo das margens dos fios d'água tem influência direta na vazão dos

rios. A vegetação aumenta o tempo de escoamento da água da chuva, ou seja, faz com que ela permaneça mais tempo em contato com o solo, o que facilita sua infiltração e armazenamento no lençol freático – aumentando, portanto, a vazão.

Mas quando o pecuarista Ivan Loch foi de Santa Catarina para a região da cabeceira do rio Xingu, em 1975, atraído por incentivos do governo militar, a vazão do rio não era uma preocupação. “Na época, nós tínhamos o incentivo de desmatar, fazer atividades produtivas, ocupar as terras e garantir a posse. Agora todas as regras mudaram”, explica. A lei atual determina que propriedades situadas em áreas de florestas, dentro da chamada Amazônia Legal, devem preservar 80% da vegetação original e 35% caso esteja no cerrado. É o que se chama de “reserva legal”.

Um dos instrumentos mais importantes do governo federal para o cumprimento dessa norma é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), no qual o próprio produtor fornece informações para que o desmatamento em sua propriedade seja monitorado, identificando as áreas de floresta e as usadas para produção. É por isso que a ONG The Nature

É POSSÍVEL CONCILIAR ATIVIDADE AGROPECUÁRIA COM PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, MAS O CAMINHO PARA ESSE EQUILÍBRIO AINDA É LONGO

Conservancy (TNC) tem oferecido apoio técnico para a realização do CAR em municípios com altas taxas de desmatamento por meio do projeto Municípios Verdes. O trabalho pretende facilitar a implementação da legislação ambiental brasileira em locais estratégicos da Amazônia e mostrar que é possível conciliar a produção agropecuária com preservação ambiental.

Um dos municípios no qual a TNC está desenvolvendo o trabalho é São Félix do Xingu, localizado a quase mil quilômetro de Altamira, no Pará. A cidade está na lista do governo federal de municípios que mais desmatam na Amazônia e a principal atividade associada a isso é a pecuária. Segundo pesquisa realizada em 2007 pelo IBGE, São Félix do Xingu tem um dos maiores efetivos bovinos do país, ao lado de Corumbá e Ribas do Rio Pardo, ambos no Mato Grosso do Sul. Para sair da lista negra do governo federal, o município precisa ter pelo menos 85% das propriedades registradas no CAR.

Desafios para a legalização

Em 2008, antes do início do trabalho da TNC, apenas duas propriedades estavam cadastradas. O projeto da ONG começou a ser implantado na cidade a partir de 2009 e, hoje, já são mais de dois mil cadastros. Segundo José Benito Guerrero, coordenador da estratégia de terras privadas da TNC, “a abordagem inicial dos produtores rurais é difícil e um dos motivos para isso é o custo da legalização”. Ele explica que é preciso comprar imagens de satélite, contratar empresas para fazer georreferenciamento e engenheiros para assinar uma anotação de responsabilidade técnica, ou seja, para se responsabilizar pelo projeto de adequação ambiental.

Para contornar esse problema, a TNC busca parceiros que possam ajudar no financiamento das ações e, assim, já conseguiram reduzir, de acordo com José Benito, o preço da regularização em 25% ou 30% dos valores iniciais. As parcerias ajudam também na busca de alternativas econômicas e tecnológicas que garantam o aumento de produtividade na área disponível. Ele explica, ainda, que a adesão ao projeto vai aumentando à medida que os produtores percebem que, legalizando sua propriedade, estarão valorizando seu produto.

E a fiscalização também tem aumentado, não apenas na agropecuária, mas em todas as atividades econômicas na região da Amazônia. Lúcio Costa, presidente da Associação das Indústrias

ROGERIO CASSIMIRO/FOHAPRESS



Em São Félix do Xingu (PA), a principal atividade associada ao desmatamento é a pecuária. O município tem um dos maiores efetivos bovinos do país

Boas sementes, bons frutos

Atividades econômicas ligadas diretamente à preservação ambiental também começam a surgir. Ivan Loch, pecuarista da região da cabeceira do rio Xingu, foi o primeiro a aderir ao projeto Rede de Sementes, da campanha Y Ikatu Xingu, que tem por objetivo primordial proteger e recuperar as nascentes e matas ciliares do rio. O trabalho consiste em formar coletores que vão recolher sementes da flora regional na quantidade e qualidade necessárias para o reflorestamento da região. Essas sementes são vendidas para órgãos públicos, como prefeituras, proprietários rurais e ONGs. As sementes são, assim, transformadas também em renda para agricultores familiares e comunidades indígenas (foto).

Ivan conta que a sua equipe de coleta, formada por ele, a esposa e os dois filhos, arrecada de R\$ 25 mil a R\$ 30 mil por ano com a venda das sementes coletadas. Se, quando começou a atividade, há cinco anos, os moradores da região torciam o nariz, hoje a maioria apoia o trabalho. “Gente cabeça dura, que eu achei que nunca ia mudar, vem atrás dos coletores hoje”, afirma. E quando os primeiros coletores começaram a ganhar dinheiro com a atividade, outros interessados apareceram. “Em alguns casos, as famílias têm uma renda maior com a coleta de sementes do que com a agricultura”, conta. Com essas sementes, 2.081 hectares de florestas já foram colocados em processo de restauração desde 2006, de acordo com o ISA.



ANTON VIGNOLA/FOLHAPRESS

Madeireiras de Altamira (Aimat), afirma que todas as associadas tiveram de cessar suas atividades há cerca de três anos, quando a fiscalização do setor se tornou mais ostensiva. O problema, de acordo com Lúcio, é que essa fiscalização não foi acompanhada do devido suporte às indústrias madeireiras para que elas entrassem na legalidade. “Há mais de 20 anos o Incra não dá um título de posse de terra na nossa região. Sem essa regularização fundiária, fica impossível aprovar um plano de manejo florestal”, explica.

Indústria madeireira

O plano de manejo é o documento que define como será o uso da área e dos recursos naturais. A partir desse plano, é possível explorar economicamente uma região e, ao mesmo tempo, preservar suas riquezas naturais – é por isso que o documento é exigido para a liberação da exploração madeireira. Sem o registro das propriedades – como o governo tem tentado fazer por meio do CAR – fica, porém, impossível aprovar o plano.

Segundo Lúcio Costa, esse é um dos motivos pelos quais Altamira não tem hoje nenhuma serraria funcionando. As consequências são sentidas pelos moradores. “Desde que as madeireiras fecharam, o município entrou em decadência. Não tem mais emprego para ninguém, não tem mais dinheiro circulando”, afirma o pedreiro Wiliam Divino dos Santos. E não é só em Altamira que esses efeitos são sentidos. Segundo dados da Aimat, o número de desempregados na cidade e em municípios vizinhos chega a dez mil.

Para os poucos madeireiros que têm título de posse na região – menos de 10% nas contas de Lúcio – a dificuldade é aprovar o plano de manejo. Ele explica que “não existem órgãos com poder decisório na região. Nem Ibama, nem Incra, nada. Assim, tudo tem de ir para Brasília para ser aprovado e nunca há previsão de quando a resposta sairá”. Independentemente das dificuldades relacionadas às questões fundiárias, à burocracia ou aos elevados custos, porém, a legalização das propriedades e a redução do desmatamento têm se tornado cada vez mais essenciais para os fazendeiros e madeireiros da Amazônia. O governo está dificultando o acesso a crédito e as lojas de varejo estão se recusando a comprar de propriedades irregulares. Os proprietários, que querem que seu negócio seja vitalício, como lembra José Benito, da TNC, estão buscando saídas para se adequar.



A navegação é uma das preocupações dos moradores da região em que a Usina de Belo Monte deve ser construída. O acesso a algumas comunidades ribeirinhas só é possível pelo rio e a diminuição da vazão em um trecho pode dificultar o deslocamento

Desenvolvimento e compensações

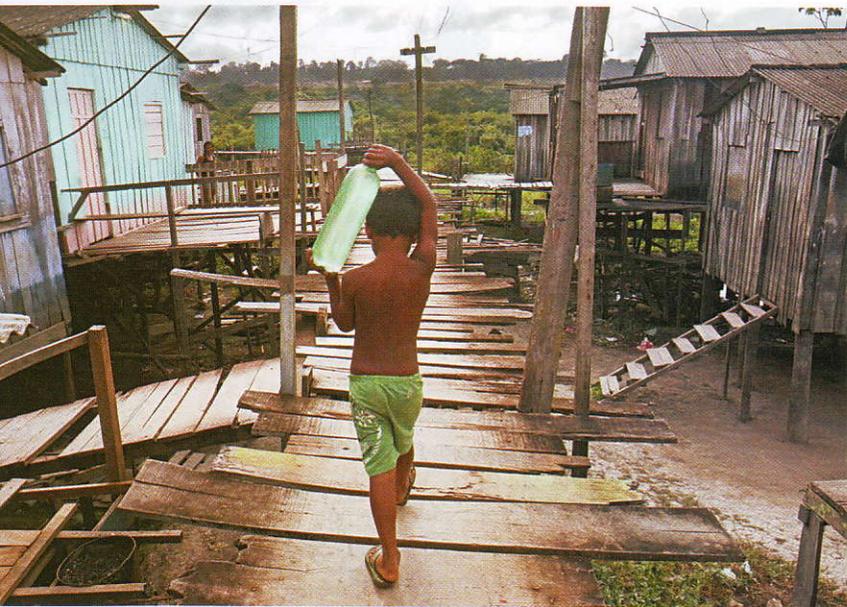
O ícone dos conflitos que assolam a região da bacia do rio Xingu na atualidade é o projeto da hidrelétrica de Belo Monte. Prevista para ser implantada no Médio Xingu, o empreendimento tem capacidade de gerar, segundo os estudos da Eletronorte, 11 mil megawatts de energia, o que faria dela a segunda maior hidrelétrica do Brasil. Entretanto, essa capacidade só poderá ser utilizada durante os períodos de cheia – entre os meses de fevereiro e abril. No resto do ano, a vazão do rio apenas permitirá a geração de cerca quatro mil megawatts. Segundo o planejamento da Eletronorte, a usina deverá utilizar toda a capacidade instalada durante a cheia e possibilitar, assim, que outras hidrelétricas mantenham seus reservatórios cheios. Assim, quando a época de seca não permitir o uso da capacidade total de Belo Monte, a produção energética seria compensada pelas outras usinas, com reservatórios mais cheios.

O local escolhido para a instalação desse empreendimento, a Volta Grande do Xingu, apre-

senta um desnível de 96 metros onde o rio quadruplica de largura e forma diversas cachoeiras e ilhas. Entre adesivos que refletem o teor polêmico do projeto – “Eu quero Belo Monte” e “Fora Belo Monte” – os moradores de Altamira, cidade polo da região em que a usina deverá ser construída, se dividem. Em comum no depoimento dos cidadãos que foram envolvidos nessa disputa, o desejo de que o desenvolvimento atravesse a barreira Transamazônica e alcance a região.

Para Vilmar Soares, coordenador do Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu (Fort

A USINA DE BELO MONTE VAI GERAR 11 MIL MEGAWATTS DE ENERGIA DURANTE O PERÍODO DE CHEIA



As áreas em que trabalham os oleiros (acima) e onde vivem em palafitas muitos moradores de Altamira (abaixo) serão alagadas

Xingu), Belo Monte será o vetor desse desenvolvimento e possibilitará a conquista de reivindicações antigas dos moradores, como o asfaltamento da Transamazônica e a eletrificação rural. Antônia Pereira Martins, coordenadora do Movimento de Mulheres de Altamira, por sua vez, acredita que os grandes empreendimentos não são o caminho do desenvolvimento na região e só vão acarretar uma grande migração e o consequente aumento da violência e do desemprego.

As razões para querer ou não a usina são, em geral, apenas projeções. De concreto, sabemos

que, no auge da construção, a obra da usina de Belo Monte vai gerar 18 mil empregos. Serão construídas 2.500 casas no município de Vitória do Xingu e 500 em Altamira para abrigar funcionários vindos de outras cidades. E muitos trabalhadores já começam a migrar para o Médio Xingu com o objetivo de ocupar essas vagas. O Sistema Nacional de Empregos (Sine) de Altamira já cadastrou mais de 13 mil pessoas que procuram trabalho na usina, das quais 10% são trabalhadores que chegam de outras regiões. Welerson da Silva é um deles. Depois de ser demitido de uma empresa de telefonia, saiu da cidade mineira de Vespasiano e já está em Altamira há dois meses. “A usina vai gerar crescimento para a cidade, vai trazer muita coisa boa”, acredita o recém-chegado.

Mas Antônia acha que o saldo maior será o do desemprego, pois a migração será superior à oferta de vagas e, ainda, os moradores da cidade não têm os conhecimentos necessários para trabalhar na construção. “Nosso povo vai no máximo carregar cimento”, prevê. Segundo informações do Sine, a falta de capacitação é uma realidade e a maioria das pessoas cadastradas no sistema busca uma vaga em serviços gerais.

Raimundo Soares mora no bairro das Olarias, na periferia de Altamira, região que será definitivamente alagada com a obra. “Se Belo Monte nos trouxer empregos, já será ótimo”, diz Raimundo, atualmente, está desempregado. A poucas casas de distância, um grupo de moradores manifesta-se contra a usina enquanto joga dominó. “Nenhum

representante do governo ou da Eletronorte esteve aqui para falar com a gente. Não sabemos o que vai acontecer quando nossas casas forem alagadas”, reclama Oswaldo Matias, morador do bairro há mais de 60 anos.

Vilmar, do Fort Xingu, que acompanhou os estudos da Eletronorte, afirma, entretanto, que todas as pessoas das áreas afetadas, com ou sem título oficial de posse, serão indenizadas ou ganharão novas moradias. “Só não podemos divulgar ainda onde serão essas casas para evitar especulação imobiliária”, diz, utilizando o “nós” para falar da Eletronorte. É a mesma razão pela qual, segundo ele, não foi divulgada ainda a região que será destinada aos oleiros, ou seja, aos produtores artesanais de tijolos.

Diariamente, durante a temporada sem chuvas, que em geral dura de maio a dezembro, esses homens se dirigem à região de várzea (área próxima ao rio que é inundada em épocas de enchente) e, com o barro, fazem tijolos. Produzem, em média, mil tijolos por dia, o que lhes rende R\$ 35. Durante o período chuvoso, que chamam de inverno, apesar de essa não ser a estação oficial da temporada que vai de fevereiro a abril, a vazão do rio aumenta e cobre a várzea, deixando os oleiros à mercê de suas economias.

Com a construção da usina, a área será permanentemente alagada. Antônio Virgulino, fundador e atual vice-presidente do Sindicato de Oleiros de Altamira (Sindoalta), afirma que não há na região outra área propícia ao trabalho que não vá alagar. Vilmar, do Fort Xingu, diz, entretanto, que essa área existe sim. Mas Antônio desconfia: “Não acredito nessas promessas, falam que vão asfaltar a Transamazônica há 40 anos e até agora nada”.

Benefícios e problemas

A governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, tem se manifestado publicamente a favor do empreendimento. Ela diz que não há com o que se preocupar, pois as contrapartidas sociais e ambientais serão enormes e muitas delas já estão garantidas. Segundo ela, a obra levará o desenvolvimento ao estado de várias formas, inclusive com a utilização da energia gerada pela usina para o beneficiamento do minério. O estado, com áreas de mineração famosas, como Carajás, é o segundo maior produtor de minério do Brasil, atrás apenas de Minas Gerais. Quase 20% da economia local é baseada na extração de minerais, que são exportados sem nenhum beneficiamento. A energia da usina, segundo o raciocínio da governadora, vai permitir a expor-

A pescaria é a base da renda de muitos ribeirinhos e faz parte da cultura indígena. A atividade poderá ser afetada pela construção da usina





DELETA MARTINS/ PULSAR/ IMAGEM

Os índios estão no centro das discussões sobre Belo Monte. Eles alegam não ter sido consultados, como obriga a lei

tação de minérios com maior valor agregado, gerando mais riquezas para a região.

A preocupação daqueles que têm a vida sustentada pelo rio, porém, não é com a mineração. Um exemplo é Vinícius Catete, pescador nas águas do rio Xingu. Ele diz que em época de cheia é mais difícil tirar do rio seu sustento, pois os peixes “se escondem”. Se na seca consegue cerca de mil quilos de peixe, na cheia não chega a 500 – e isso depois de dez dias no rio. Como a elevação do nível do rio provocada pela barragem da usina, ele acredita que a vida dele vai ser mais difícil: “Vou ter de ficar pelo menos uns 20 dias no rio para conseguir pescar alguma coisa”, calcula.

Aqueles que vivem na região em que o rio terá sua vazão reduzida, também se preocupam com os peixes. É o caso dos moradores das aldeias indígenas Paquiçamba e Araras da Volta Grande do Xingu. Com a alteração do nível do rio, os índios alegam que os peixes morrerão e que a navegação, única forma de chegar às aldeias, ficará também prejudicada. Alguns manifestam, ainda, a preocupação com o aumento das invasões nas terras

demarcadas. “Muita gente vai vir para a região e alguns não conseguirão emprego. Esses vão querer terras”, prevê Giliarde Juruna, cacique de uma parte dos índios da aldeia Paquiçamba, que se dividiu por causa dos posicionamentos discordantes em relação a Belo Monte. A outra parte dos índios da aldeia permanece com o cacique Manuel Juruna, que diz que, se a usina for construída, o nível da água vai diminuir, mas ninguém vai morrer de sede, e que a navegação vai ficar ruim, “mas a gente vai dar um jeito”.

Os índios estão no centro das discussões de Belo Monte. Entre o licenciamento e o leilão, várias liminares do Ministério Público do Pará ameaçaram a continuidade das negociações com a alegação de que os índios das áreas afetadas não foram devidamente consultados. Essa questão foi a que mais gerou polêmica e que não parece ter sido resolvida. “Fomos nas aldeias e consultamos os indígenas, os DVDs estão aí para provar”, diz Caetano Ventura, técnico indigenista da Funai em Altamira, apontando para uma estante repleta de DVDs. “É mentira, não aconteceram”, contesta José Carlos Arara, cacique da aldeia Araras da Volta Grande do Xingu, dizendo que os DVDs mostram reuniões explicativas de Belo Monte – mas não as oitivas, ou seja, a consulta propriamente dita. De toda essa história, a única certeza está relacionada à própria construção da usina: depois da autorização do Ibama e da definição das empresas construtoras, em abril de 2010, o processo de implantação continua e, ao que tudo indica, Belo Monte vai ser construída. ■

A ALDEIA PAQUIÇAMBA SE DIVIDIU POR CAUSA DAS OPINIÕES DISCORDANTES SOBRE BELO MONTE. É APENAS UM EXEMPLO DAS DISPUTAS QUE A OBRA TEM GERADO



O projeto da usina de Belo Monte

A ideia de utilizar as águas do rio Xingu para geração de energia elétrica é antiga e remonta aos tempos do governo militar. Os primeiros estudos foram realizados em 1975. São, portanto, mais de três décadas de discussões – com estudos, ações do Ministério Público, vistorias do Ibama, revisões de estudo, mudanças no projeto. O que fez as discussões serem reacendidas, em 2010, foi a liberação da Licença Prévia pelo Ibama e a consequente realização do leilão para escolher o consórcio que vai construir a usina. O projeto que foi aprovado apresenta impactos ambientais bem menores do que os anteriores.

Para começar, a área de inundação passou de 1.225 para 516 quilômetros quadrados. Além disso, a inundação não vai cobrir terras indígenas. O empreendimento energético de Belo Monte conta com grande apoio governamental, materializado, por exemplo, em incentivos fiscais.



Legenda	
	Estrada
	Terra indígena
	Área de influência indireta
	Área de influência direta
	Cidades e povoados
	Drenagem
	Estruturas projetadas do empreendimento
	Área de vazão reduzida

